



CENSO ESCOLAR 2015

Análise do Censo Escolar da Educação Básica:
As Escolas Militares em Foco

GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS

Marconi Ferreira Perillo Júnior

SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO E PLANEJAMENTO

Joaquim Cláudio Figueiredo Mesquita

SUPERINTENDÊNCIA EXECUTIVA DE PLANEJAMENTO

Paula Pinto Silva de Amorim

INSTITUTO MAURO BORGES DE ESTATÍSTICAS E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS

Lillian Maria Silva Prado

IMB - INSTITUTO MAURO BORGES DE ESTATÍSTICAS E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS

Unidade da Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento de Goiás, o IMB é o órgão responsável pela elaboração de estudos, pesquisas, análises e estatísticas socioeconômicas, fornecendo subsídios na área econômica e social para a formulação das políticas estaduais de desenvolvimento. O órgão também fornece um acervo de dados estatísticos, geográficos e cartográficos do Estado de Goiás.

Gerência de Estudos Socioeconômicos e Especiais

Marcos Fernando Arriel

Gerência de Contas Regionais e Indicadores

Dinamar Maria Ferreira Marques

Gerência de Cartografia e Geoprocessamento

Carlos Antônio Melo Cristóvão

Gerência de Sistematização e Disseminação de Informações Socioeconômicas

Eduiges Romanatto

Gerência de Pesquisas Sistemáticas e Especiais

Marcelo Eurico de Sousa

SEGPLAN

IMB - INSTITUTO MAURO BORGES
DE ESTATÍSTICAS E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS

SEGPLAN

SECRETARIA DE ESTADO DE
GESTÃO E PLANEJAMENTO



Instituto Mauro Borges
Av. República do Líbano nº 1945 - 3º andar
Setor Oeste – Goiânia – Goiás - CEP 74.125-125
Telefone: (62) 3201-6695/8481
Internet: www.imb.go.gov.br, www.segplan.go.gov.br
e-mail: imb@segplan.go.gov.br

ESTADO DE GOIÁS
SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO E PLANEJAMENTO

INSTITUTO MAURO BORGES DE ESTATÍSTICAS E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS – IMB

**Análise do Censo Escolar da Educação Básica 2015 – As escolas
militares em foco**

Rui Rocha Gomes¹

GOIÂNIA – GOIÁS
Dezembro de 2016

¹ Pesquisador em Geografia do Instituto Mauro Borges de Estatística e Estudos Socioeconômicos – IMB. Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Goiás. E-mail: rui-rg@segplan.go.gov.br

Sumário

Introdução	5
Infraestrutura Escolar	6
Complexidade da Gestão Escolar	8
Nível Socioeconômico dos Alunos	9
Matriculas e Alunos	10
Docentes	13
Taxas de Rendimento Escolar	20
Considerações Finais	22
Fontes Consultadas	23

Introdução

A política de militarização de escolas estaduais, em Goiás, se consolida ao passar dos anos como uma ação pública e já abrange mais de duas dezenas de instituições. A presente análise do Censo Escolar da Educação Básica detalha os dados do conjunto de 18 unidades militares que estavam em pleno funcionamento no início do ano letivo de 2015. Em meados desse ano, mais escolas foram militarizadas, porém essas não serão objeto de análise neste momento.

O estudo pretende ser um diagnóstico da realidade das escolas administradas pela Secretaria de Segurança Pública e Administração Penitenciária – SSPAP – comparando-as com as demais escolas públicas estaduais, que aqui serão denominadas de escolas civis. Tal comparação tem o propósito de apresentar as diferenças entre as duas realidades e, assim, permitir inferências sobre a qualidade do ensino/aprendizagem. Além disso, esta prospecção possibilita conhecer as razões do bom desempenho que as escolas militares alcançam em diversas avaliações e exames.

As informações aqui apresentadas estão disponíveis no banco de dados do Censo Escolar da Educação Básica. Algumas foram transformadas em indicadores pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – Inep – mediante a junção com bases distintas e outras coletadas diretamente nos microdados do Censo Escolar.

A seleção dos dados se baseou na capacidade do item de interferir, direta ou indiretamente, na prática pedagógica das escolas. Nesse sentido, traz desde questões relacionadas à estrutura física, como a presença de laboratório de ciências e quadras esportivas, até a condição socioeconômica do corpo discente. Nesse rico universo, os contrastes se desvelam e se mostram claramente aos gestores públicos indicando caminhos e alternativas para a melhoria da educação pública, especificamente para a estadual.

Infraestrutura Escolar

A caracterização física das escolas representa o primeiro contato para se perceber as diferenças entre as escolas civis e as militares. Nota-se, pela Tabela 1, que dentre as infraestruturas mais representativas, os números das escolas administradas pela Secretaria de Segurança Pública são significativamente melhores que os das escolas sob responsabilidade da Secretaria de Estado de Educação.

Tabela 1. Porcentagem de escolas por infraestruturas existentes de acordo com a administração – Goiás – 2015

Infraestrutura	Escolas Civis	Escolas Militares
Água filtrada	91,8%	94,4%
Energia da rede pública	99,7%	100,0%
Esgoto rede pública	41,6%	61,1%
Coleta de lixo periódica	97,4%	100,0%
Sala de diretoria	89,0%	100,0%
Sala de professores	91,8%	100,0%
Laboratório de informática	86,5%	100,0%
Laboratório de ciências	19,2%	83,3%
Sala de atendimento especial	39,8%	33,3%
Quadra de esportes	56,9%	100,0%
Biblioteca	82,5%	100,0%
Banheiro adaptado para deficientes	65,5%	88,9%
Dependências adaptadas para deficientes	53,1%	66,7%
Auditório	9,9%	44,4%

Fonte: Microdados do Censo Escolar/Inep, 2015.

Elaboração: Gerência de Estudos Socioeconômicos e Especiais/IMB/Segplan-GO.

Sete infraestruturas, das 14 analisadas, estão presentes em todas as escolas militares, o que não ocorre com nenhuma infraestrutura no grupo das escolas civis. Em outras, a diferença entre os dois grupos pode chegar a mais de 64 pontos percentuais, caso do laboratório de ciências. Somente em um quesito as escolas civis se sobressaem: a presença de sala para atendimento especial, voltada para os alunos com deficiência.

Mesmo nas infraestruturas de pouca complexidade e baixo custo para sua construção, como é o de uma quadra de esportes, as escolas militares estão bem à frente das civis. Vale ressaltar que a Tabela 1 não se leva em conta a existência ou não de cobertura da quadra. Quando se atenta para esse fato, nota-se que apenas 20% dos estabelecimentos civis têm quadra coberta, enquanto quase 67% dos militares têm cobertura no espaço reservado para educação física e esporte. Além disso, cinco escolas militares, equivalente a 27,7%, possuem tanto quadra coberta quanto descoberta; no grupo das civis o percentual com ambos os tipos de quadra é inferior a 5%.

Tabela 2. Porcentagem de escolas por equipamentos existentes e média de equipamentos por escola (Med./Esc.) – Goiás – 2015

Equipamentos	Escolas Civis	Escolas Militares	Escolas Civis (Med./Esc.)	Escolas Militares (Med./Esc.)
Televisão	97,7%	88,9%	2,7	3,1
Aparelho de DVD	90,0%	88,9%	1,9	1,7
Copiadora	62,8%	77,8%	1,1	1,6
Impressora	97,5%	88,9%	3,8	6,1
Equipamento de som	93,3%	83,3%	2,3	2,6
Equip. multimídia (data show)	95,2%	88,9%	1,8	4,2
Computador	100,0%	100,0%	20,3	28,9
Banda larga	85,9%	94,4%	-	-

Fonte: Microdados do Censo Escolar/Inep, 2015.

Elaboração: Gerência de Estudos Socioeconômicos e Especiais/IMB/Segplan-GO.

No tocante aos equipamentos existentes nas unidades escolares, as civis têm as melhores porcentagens na maioria dos itens, estando atrás apenas quanto à existência de copiadora e de internet banda larga (ver Tabela 2). Os percentuais se restringem à presença dos equipamentos na escola, não dimensionando sua quantidade ou se são suficientes. A se observar as médias dos aparelhos por escolas, percebe-se que algumas militares possuem equipamentos em grande número e não superam a média das escolas civis apenas quanto ao aparelho de DVD.

Outro quesito, no qual as escolas militares se sobressaem, diz respeito ao número de funcionários. Em média há mais de 69 funcionários

nesses estabelecimentos, enquanto que nas civis tal distribuição é de 42,7 por escola em média. O número de funcionários se relaciona à complexidade de gestão da escola, ou seja, ao porte e às modalidades e turnos oferecidos. Quanto mais complexa a gestão maior a exigência de funcionários.

Complexidade da Gestão Escolar

Com base na complexidade de gestão² o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – Inep – criou uma escala partindo do nível 1 (menos complexo) e chegando ao nível 6 (mais complexo). Todas as escolas militares têm a mesma complexidade de gestão, nível 4 na escala do Inep. Na distribuição das escolas civis não há a homogeneidade observada nas militares, com 47% delas se situando no nível 4, 21% no nível 3, 14% no nível 5, 8% no nível 1, 7% no nível 2, e 2% no nível 6 de complexidade.

Denota-se, a partir disso, que as escolas militares estão estruturadas de forma homogênea, exigindo o mesmo grau e habilidades de gestão, diferenciando somente no tocante ao número de alunos matriculados. Todas as unidades militares oferecem apenas duas etapas: anos finais do ensino fundamental e o ensino médio. Tais fatos colaboram para um maior controle na gestão geral pela Secretaria de Segurança Pública e Administração

² Os níveis de complexidade de gestão são descritos abaixo de acordo com as características predominantes das escolas pertencentes a cada um deles:

- Nível 1 – Escolas que, em geral, possuem porte inferior a 50 matrículas, funcionam em único turno, ofertam uma única etapa de ensino e apresentam a Educação Infantil ou os Anos Iniciais como etapa mais elevada*.
- Nível 2 – Escolas que, em geral, possuem porte entre 50 e 300 matrículas, funcionam em 2 turnos, com oferta de até 2 etapas de ensino e apresentam a Educação Infantil ou os Anos Iniciais como etapa mais elevada*.
- Nível 3 – Escolas que, em geral, possuem porte entre 50 e 500 matrículas, funcionam em 2 turnos, com oferta de 2 ou 3 etapas de ensino e apresentam os Anos Finais como etapa mais elevada*.
- Nível 4 – Escolas que, em geral, possuem porte entre 150 e 1000 matrículas, funcionam em 2 ou 3 turnos, com oferta de 2 ou 3 etapas de ensino e apresentam o Ensino Médio, a Educação Profissional ou a EJA (Educação de Jovens e Adultos) como etapa mais elevada*.
- Nível 5 – Escolas que, em geral, possuem porte entre 150 e 1000 matrículas, funcionam em 3 turnos, com oferta de 2 ou 3 etapas de ensino e apresentam a EJA como etapa mais elevada*.
- Nível 6 – Escolas que, em geral, possuem porte superior a 500 matrículas, funcionam em 3 turnos, com oferta de 4 ou mais etapas de ensino e apresentam a EJA como etapa mais elevada*.

*Considera-se como a etapa mais elevada ofertada pela escola aquela que atenderia, teoricamente, alunos com idade mais elevada.

Penitenciária, e permite equidade e foco nas atividades desenvolvidas nesses estabelecimentos.

Por outro lado, nas escolas civis há maior gama de tipologias escolares e é preciso se ater a cada realidade escolar. Não só pelas diferentes etapas oferecidas, das infraestruturas e equipamentos existentes e das necessidades demandadas pela variedade de situações, mas também pela localização da unidade (se urbana ou rural), pelo público atendido, por exemplo os quilombolas e os indígenas. Assim, os gestores das escolas civis lidam com uma problemática mais ampla e de naturezas específicas. Há que salientar que não existem unidades militares na zona rural, tampouco em áreas remanescentes de quilombos ou terras indígenas.

Nível Socioeconômico dos Alunos

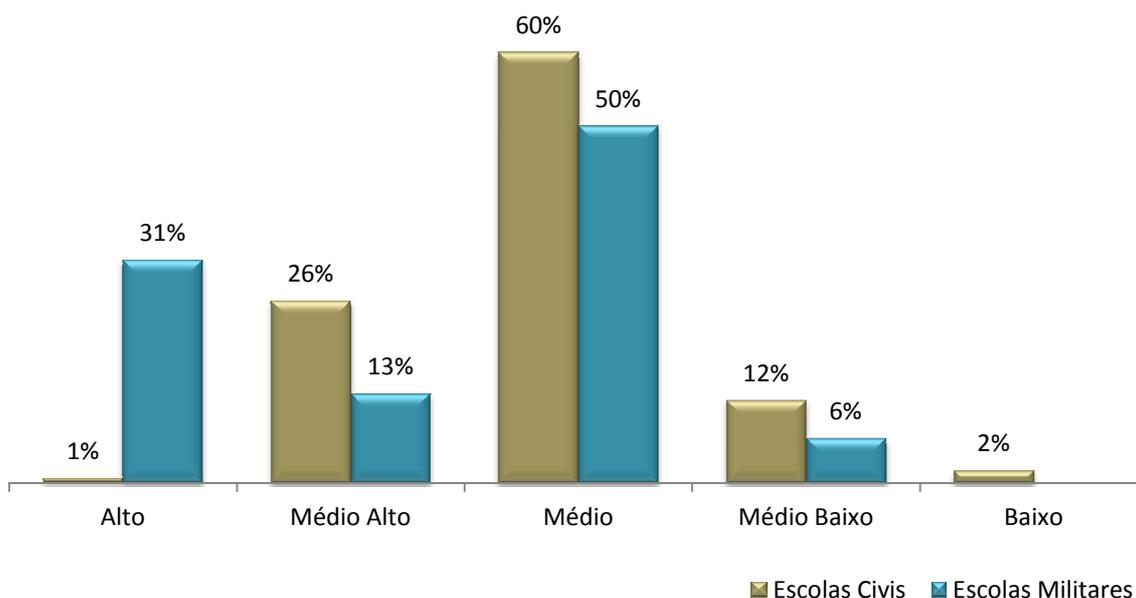
Ao se avaliar o nível socioeconômico dos alunos dos diferentes tipos de escolas, notam-se discrepâncias entre aqueles que formam o corpo discente de cada segmento. Ambos têm suas escolas concentradas no nível médio dos fatores socioeconômicos³ (ver Figura 1). Contudo, nas escolas civis tal concentração é maior. Chama a atenção também o percentual de escolas militares enquadradas no nível socioeconômico alto, principalmente quando comparado ao das escolas civis, quase um terço está nessa classe.

Seguindo nessa comparação, a média dos valores absolutos do indicador socioeconômico para as unidades militares é de 51,1 pontos, com 50% das escolas se situando acima dos 49,3. No grupo das civis essas cifras são de 47,9 e 48,2 respectivamente. Ademais, o maior valor das civis é de 56,9 e o mínimo de 29,5 pontos; nas militares os números são, pela ordem 58,4 e 44,5. Apesar da amplitude das escolas civis ser superior a das militares, há uma maior homogeneidade nas primeiras, como atesta o cálculo do coeficiente

³O Indicador de Nível Socioeconômico da Escola, criado pelo Inep, é definido pela posse de bens domésticos, renda e contratação de serviços pela família dos alunos e pelo nível de escolaridade de seus pais. Ressalta-se que o último ano de publicação é de 2013. Para explicações detalhadas sobre esse indicador ver nota técnica do Inep em: <http://download.inep.gov.br/informacoes_estatisticas/indicadores_educacionais/2011_2013/nivel_socioeconomico/nota_tecnica_indicador_nivel_socioeconomico.pdf>

de variação: as civis têm tal variação de 6,4% e as militares de 9,1%. É importante salientar que, apesar da diferença, ambos os resultados correspondem a coeficientes baixos, indicando pequena variabilidade do indicador em relação à média correspondente.

Figura 1. Distribuição proporcional das escolas por nível socioeconômico dos alunos segundo o tipo de escola – Goiás – 2013



Fonte: Indicadores Educacionais/Inep, 2013.

Elaboração: Gerência de Estudos Socioeconômicos e Especiais/IMB/Segplan-GO.

Matriculas e Alunos

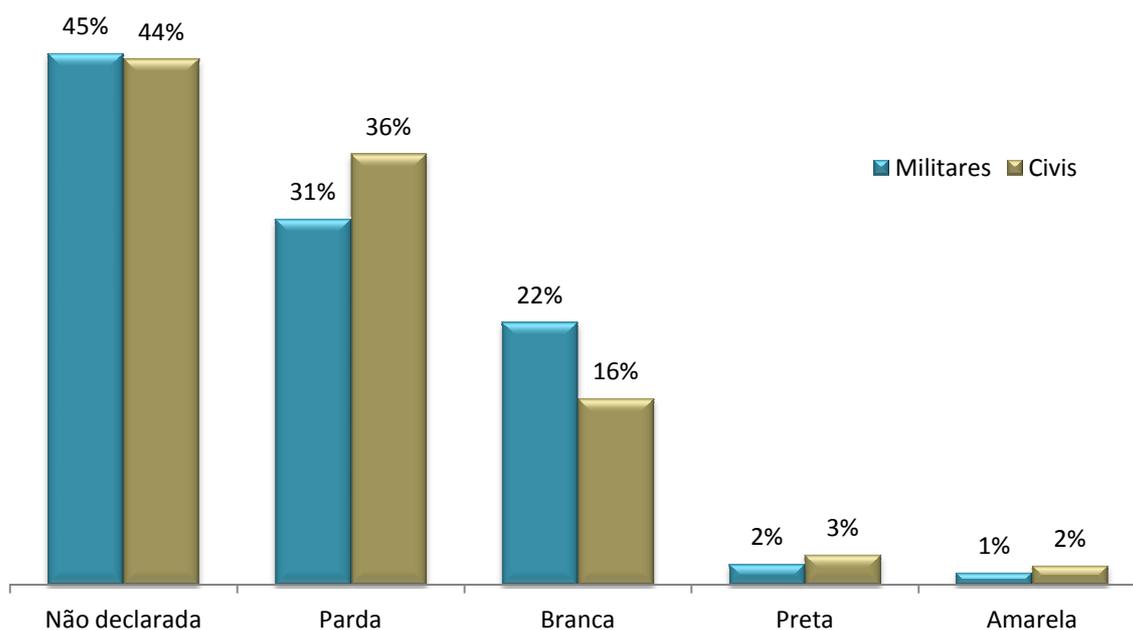
As 18 escolas militares em 2015 tinham 21.695 alunos matriculados, correspondendo a 5,3% das matrículas, nas mesmas etapas de ensino, das unidades civis. Daquele total, 53,6% são do sexo feminino; nas escolas civis, a distribuição das matrículas por sexo é praticamente igualitária: 49,9% de meninas e 50,1 de meninos. Quanto à idade média dos discentes, nas militares ela é de 14,8 anos, frente a 15,5 anos das civis, havendo menor variabilidade nas primeiras – 14,5% em relação à idade média frente a 20% nas civis. Ou seja, nas instituições civis há maior dispersão das idades individuais em relação à idade média.

O componente da idade remete ao indicador de desequilíbrio etário dentro da série. A chamada distorção idade-série é resultado de um quadro de reprovações e evasão escolar, servindo como diagnóstico da qualidade do ensino e aprendizagem. Nesse sentido, serve de parâmetro de comparação para se avaliar não só a situação hodierna, mas também a progressão dos alunos dos dois grupos de escolas.

As escolas militares têm distorção idade-série significativamente menor que a das civis. As primeiras apresentam média de 8,1% de alunos fora da idade ideal no ensino fundamental; as civis superam esse percentual em três vezes, portanto, aproximadamente um quarto do alunado naquela fase não está na série correta para a idade. No ensino médio a diferença se repete: as militares com 10,7% de defasagem e as civis com 30,3%.

Chama a atenção ainda a mediana das porcentagens da distorção. Enquanto 50% das unidades civis têm distorções idade-série superiores a 23% no ensino fundamental e 29% no ensino médio, nas militares esses números ficam em 7% e 9%, respectivamente. Além disso, existe caso de escola civil com mais de 96% de distorção no fundamental e de 85% no ensino médio. Nas militares uma mesma escola apresenta os maiores valores de distorção, 27% para as etapas do fundamental e 24% para o ensino médio.

Figura 2. Percentual dos alunos segundo a cor da pele e tipo da escola - Goiás - 2015



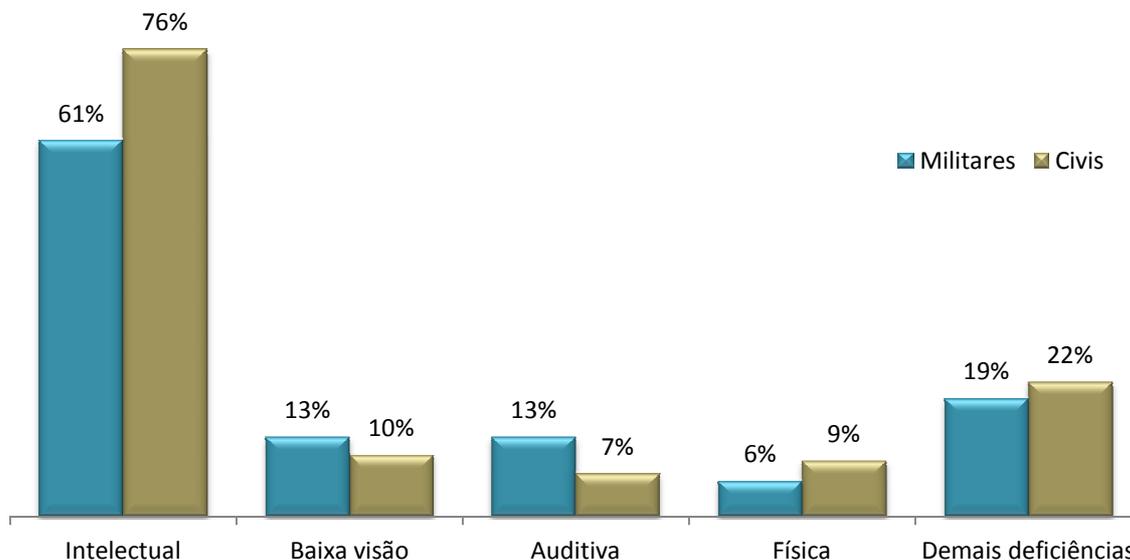
Fonte: Microdados do Censo Escolar da Educação Básica/Inep, 2015.

Elaboração: Gerência de Estudos Socioeconômicos e Especiais/IMB/Segplan-GO.

A despeito do alto percentual de não declarados, percebe-se, pela Figura 2, que alunos pardos predominam nas duas modalidades de administração escolar. Tal fato reflete o que ocorre na sociedade em geral e ameniza a problemática da não informação nesse ponto. Nota-se, ainda, que a única cor em que o percentual dos alunos das militares supera os das civis é na cor branca, diferença de 41%.

Outra questão dissonante entre os dois tipos de escolas aqui tratados se refere aos estudantes com deficiência. O número de alunos deficientes representam 0,9% do total nas escolas militares, metade da representatividade nas unidades civis. Dentre os diferentes tipos de deficiências, tanto nas escolas militares quanto nas civis, há concentração em quatro espécies, conforme se observa na Figura 3. O maior percentual reside na deficiência intelectual, inclusive é nessa que se encontra a maior diferença entre os dois tipos de escolas.

Figura 3. Percentual de alunos deficientes segundo o tipo de deficiência e tipo de escolas -



Fonte: Microdados do Censo Escolar da Educação Básica/Inep, 2015.

Elaboração: Gerência de Estudos Socioeconômicos e Especiais/IMB/Segplan-GO.

Docentes

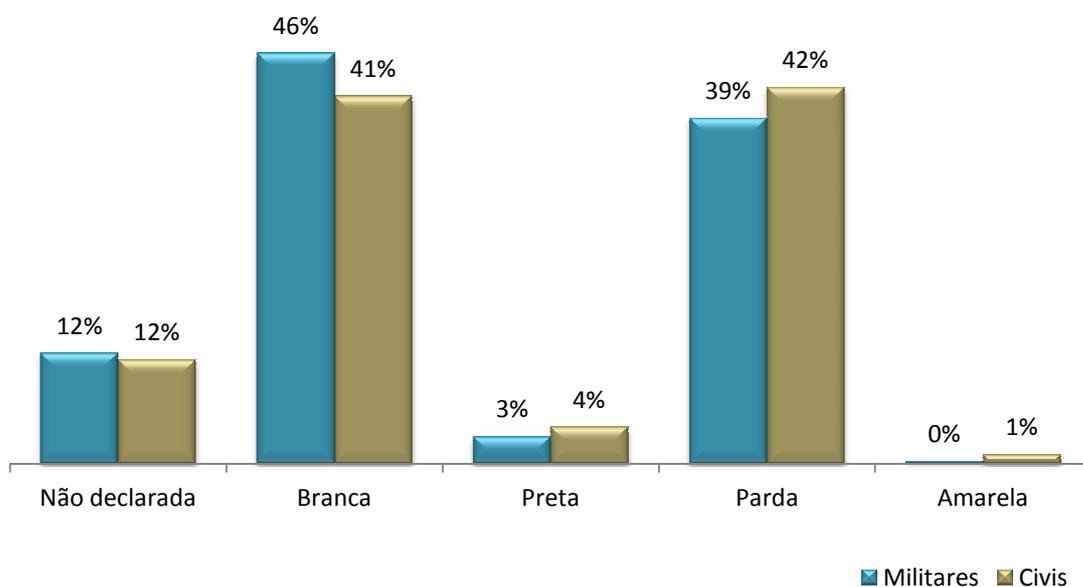
Os professores das escolas militares representam 3,5% daqueles das escolas civis. Nestas há em média 21 alunos para cada docente e nas militares a referência sobe para 31 alunos. Frisa-se a existência, nas escolas civis, de etapas diferentes das encontradas nas militares e isso interfere na distribuição aluno/professor. As turmas de anos iniciais do ensino fundamental, por exemplo, exigem apenas um docente versado na área de pedagogia. A partir do 6º ano há a necessidade de mais professores de acordo com as disciplinas individualizadas⁴.

Adentrando na caracterização dos docentes, observou-se que no grupo das escolas militares pouco mais de 34% dos professores eram do sexo

⁴ Além disso, a Conferência Nacional de Educação (Conae) de 2010 trouxe como diretriz a quantidade máxima de aluno por turma, de acordo com a etapa de ensino: anos iniciais do ensino fundamental até 20 estudantes; anos finais até 25 estudantes; e, para o ensino médio, 30 estudantes. Tal diretriz foi ratificada pela Conae/2014 e, a despeito de não possuir força de lei serve de direcionamento para política educacional.

masculino, essa proporção é 30% superior à encontrada no grupo das escolas civis (26%). A idade média desses profissionais era de 38,6 anos nas escolas militares, com idade mínima de 20 anos e máxima de 68 anos; nas civis era de 40,3 anos de média, variando de 18 a 70 anos. Além disso, 10% dos docentes que atuam nos estabelecimentos militares têm mais de 50 anos, já nas unidades civis a porcentagem é de 16%.

Figura 4. Porcentagem dos docentes segundo a cor e o tipo de escolas que atuam - Goiás - 2015



Fonte: Microdados do Censo Escolar da Educação Básica/Inep, 2015.

Elaboração: Gerência de Estudos Socioeconômicos e Especiais/IMB/Segplan-GO.

A Figura 4 apresenta a distribuição dos docentes de acordo com a cor da pele, felizmente aqui a porcentagem de não declarados é bem inferior que a encontrada na análise dos alunos. Percebem-se poucas diferenças entre os dois tipos de escolas, mas significativas na cor branca, a qual sobressai nas unidades militares, enquanto os pardos são maioria nas civis.

A respeito do tipo de contratação dos docentes, verificou-se que nas escolas militares 70% são concursados/efetivos/estáveis e que os outros 30% são contratos temporários. Nas escolas civis os percentuais são, pela ordem, 64% e 36%. Existe, portanto, nessas últimas escolas maior uso de vínculos empregatícios não duradouros, o que pode interferir nas relações

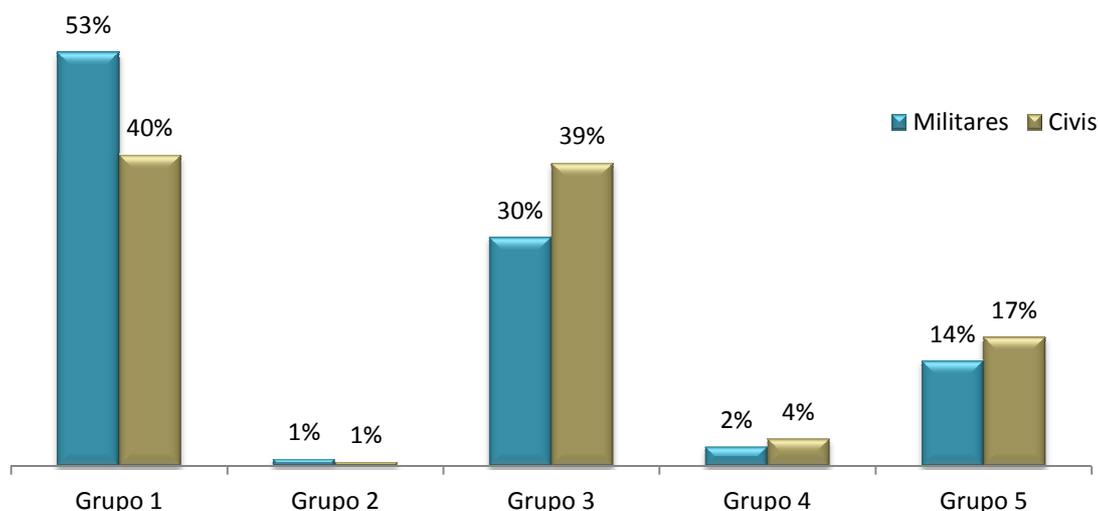
instituição/professor e professor/aluno e, conseqüentemente, no ensino/aprendizagem.

Outra variável contrastante diz respeito à formação superior. No grupo dos estabelecimentos militares 90% dos docentes possuem curso superior, o restante tem o ensino médio. Além disso, pouco mais de 29% têm pós-graduação, sendo 28% com especialização e 1% com mestrado. No que tange às escolas civis, 87,5% dos professores terminaram o curso superior, havendo 12,5% de docentes com o ensino médio completo. Aqueles com especialização totalizam pouco mais de 28% e os mestres perfazem 0,7% do total. É necessário mencionar os oito professores com doutorado exercendo suas funções em escolas civis, eles totalizam apenas 0,04% do total, porém é merecedor de nota.

Pela distribuição dos docentes por escola, descobre-se que em algumas há ainda grande déficit na formação do professor com curso superior. Nas unidades militares, a porcentagem média de docentes com graduação que ministram aulas no ensino fundamental é de 88,7%, com metade das escolas possuindo percentual acima de 89% e 22% delas com todos os professores com formação universitária. No ensino médio os números são praticamente os mesmos, pois os professores dessas unidades, em sua maioria, lecionam nos dois segmentos de ensino.

No grupo das escolas civis, não há expressivas diferenças. A porcentagem média de docentes com nível superior no ensino fundamental é de 84,3%, e metade das escolas tem mais de 87,5%. Além disso, 20,5% das unidades têm todos os seus docentes com graduação. Por outro lado, há duas escolas onde nenhum professor tem diploma universitário. Diferentemente do que ocorre nas escolas militares, aqui há considerável diferença entre o ensino fundamental e o médio. Neste, o percentual médio de professores com formação superior é de 86,6%, com mediana de 90% (maior que a das escolas militares); já as unidades com todos docentes com diploma de graduação perfazem somente 12%.

Figura 5. Percentual médio dos docentes do ensino fundamental segundo a adequação do docente na disciplina que leciona e o tipo de escola - Goiás - 2015



Fonte: Microdados do Censo Escolar da Educação Básica/Inep, 2015.

Elaboração: Gerência de Estudos Socioeconômicos e Especiais/IMB/Segplan-GO.

A despeito dos percentuais de docentes com formação superior serem, de modo geral, relevantes, é importante se atentar para a adequação dessa formação à função exercida na escola. Ou seja, é preciso que o professor ministre suas aulas na área em que se preparou como profissional de ensino. Nesse quesito, a Figura 5 traz a distribuição média dos docentes do ensino fundamental conforme a adequação docente na disciplina que leciona, segundo categorias de formação⁵.

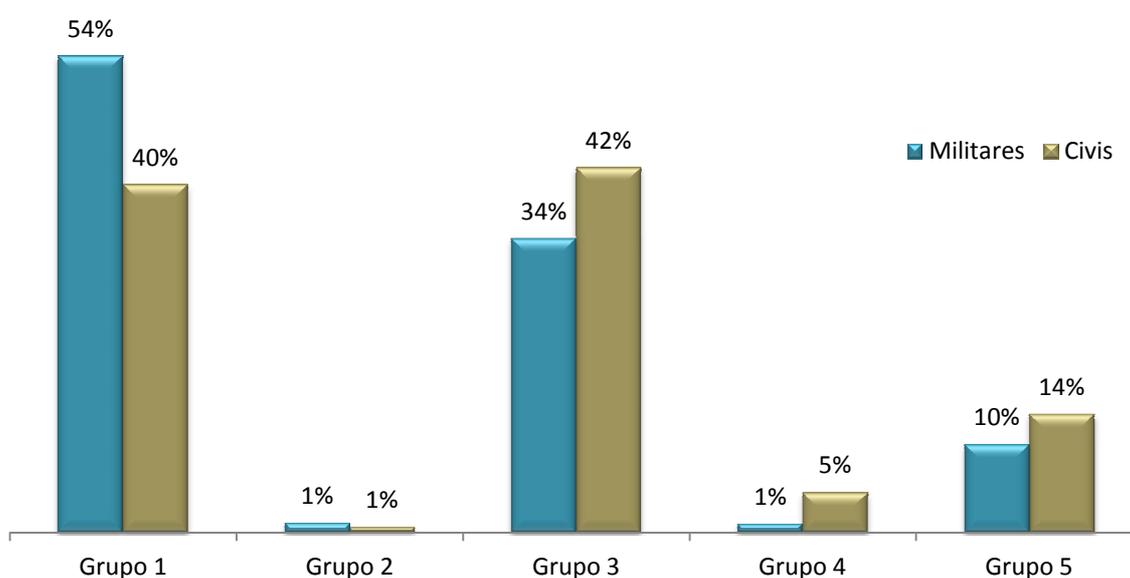
Observam-se as escolas militares em melhor situação frente às civis tendo em vista o maior percentual de docentes no grupo 1, em que o docente

⁵ O indicador classifica o docente segundo a adequação de sua formação inicial a cada disciplina que leciona na educação básica, levando-se em conta as normatizações legais vigentes (nacionais). A Figura 5 apresenta o percentual médio de docências nos respectivos grupos de unidades escolares segundo o tipo da administração escolar, de acordo a seguintes categorias:

- Grupo 1 - Docentes com formação superior de licenciatura (ou bacharelado com complementação pedagógica) na mesma área da disciplina que leciona.
- Grupo 2 - Docentes com formação superior de bacharelado (sem complementação pedagógica) na mesma área da disciplina que leciona.
- Grupo 3 - Docentes com formação superior de licenciatura (ou bacharelado com complementação pedagógica) em área diferente daquela que leciona.
- Grupo 4 - Docentes com formação superior não considerada nas categorias anteriores.
- Grupo 5 - Docentes sem formação superior.

está melhor preparado para ministrar a disciplina escolar. A porcentagem de docentes no grupo 1 das escolas civis, inclusive, está bem próximo ao do grupo 3, em que o docente não tem formação superior na área na qual desenvolve suas atividades. Destacam-se os percentuais de docentes sem qualificação superior ainda altos em Goiás, nos dois tipos de administração escolar analisados.

Figura 6. Percentual médio dos docentes do ensino médio segundo a adequação do docente na disciplina que leciona e o tipo de escola - Goiás - 2015



Fonte: Indicadores Educacionais/Inep, 2015.

Elaboração: Gerência de Estudos Socioeconômicos e Especiais/IMB/Segplan-GO.

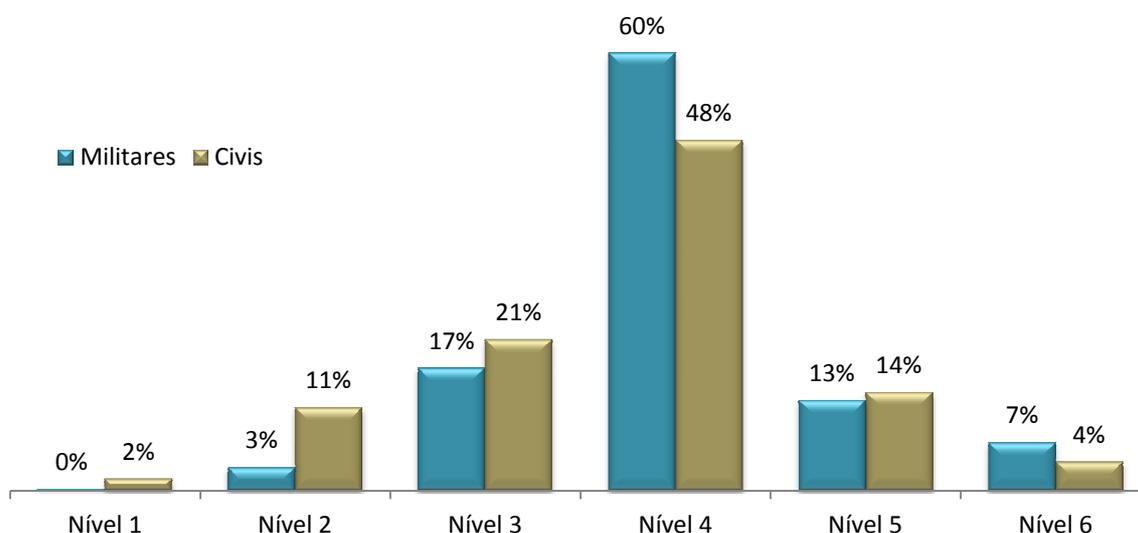
A Figura 6 apresenta o indicador de adequação formação docente/disciplina para o ensino médio. A distância entre os dois tipos de escolas se acentua, com o percentual dos professores enquadrados no grupo 3 ultrapassando o do grupo 1 nas unidades civis. Torna-se necessário salientar que a utilização de docentes fora de suas áreas de formação é uma prática adotada para suprir a carência de profissionais em determinadas disciplinas, notadamente nas de exatas. Tal prática, notoriamente, traz prejuízos para o ensino/aprendizagem justamente porque esses profissionais não tiveram a devida capacitação nos conceitos, metodologia, abordagem e temas das áreas na qual estão lotados deslocadamente.

A carência de professores atrelada à baixa remuneração faz com que o docente aumente sua carga de trabalho, se dedicando a várias turmas, turnos diversos e mais escolas. O Inep criou um indicador para medir o esforço docente⁶, tendo como base o número de alunos atendidos, quantidade de etapas, escolas e turnos de trabalho. Assim, depreende-se pela Figura 7 que nas escolas militares os docentes do ensino fundamental estão submetidos a um esforço maior que os colegas das escolas civis: 80% dos primeiros estão no nível 4 ou mais, frente a 66% dos civis.

⁶ O indicador classifica o docente em níveis de 1 a 6 de acordo com o esforço empreendido no exercício da profissão, níveis elevados indicam maior esforço. A partir dos dados disponíveis no Censo da Educação Básica, considerou-se que o esforço docente está relacionado às seguintes características da docência: número de escolas em que atua, número de turnos de trabalho, número de alunos atendidos e número de etapas nas quais leciona. Os níveis são estipulados pelos seguintes critérios:

- Nível 1 - Docente que, em geral, tem até 25 alunos e atua em um único turno, escola e etapa.
- Nível 2 - Docente que, em geral, tem entre 25 e 150 alunos e atua em um único turno, escola e etapa.
- Nível 3 - Docente que, em geral, tem entre 25 e 300 alunos e atua em um ou dois turnos em uma única escola e etapa.
- Nível 4 - Docente que, em geral, tem entre 50 e 400 alunos e atua em dois turnos, em uma ou duas escolas e em duas etapas.
- Nível 5 - Docente que, em geral, tem mais de 300 alunos e atua nos três turnos, em duas ou três escolas e em duas etapas ou três etapas.
- Nível 5 - Docente que, em geral, tem mais de 300 alunos e atua nos três turnos, em duas ou três escolas e em duas etapas ou três etapas.
- Nível 6 - Docente que, em geral, tem mais de 400 alunos e atua nos três turnos, em duas ou três escolas e em duas etapas ou três etapas.

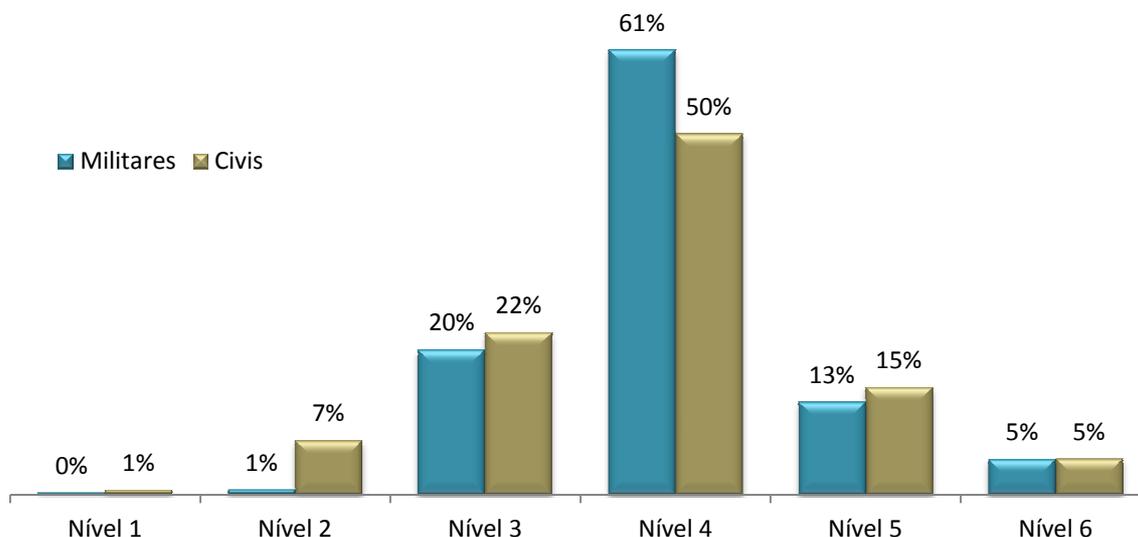
Figura 7. Percentual médio de docentes do ensino fundamental por nível de esforço segundo o tipo de escolas - Goiás - 2015



Fonte: Indicadores Educacionais/Inep, 2015.

A Figura 8 mostra a distribuição nos níveis do esforço docente para o ensino médio. Também aqui a grande maioria dos professores das escolas militares está nos níveis de esforço mais elevados (79%). O número de alunos por turma reflete nos resultados desse indicador, tanto para o fundamental quanto para o ensino médio. Nas escolas militares há nos anos finais do ensino fundamental 36,4 alunos por turma, no ensino médio são 34 estudantes; já nas escolas civis os números caem para 26,6 na segunda fase do fundamental e para 26,2 no ensino médio.

Figura 8. Percentual médio de docentes do ensino médio por nível de esforço segundo o tipo de escolas - Goiás - 2015



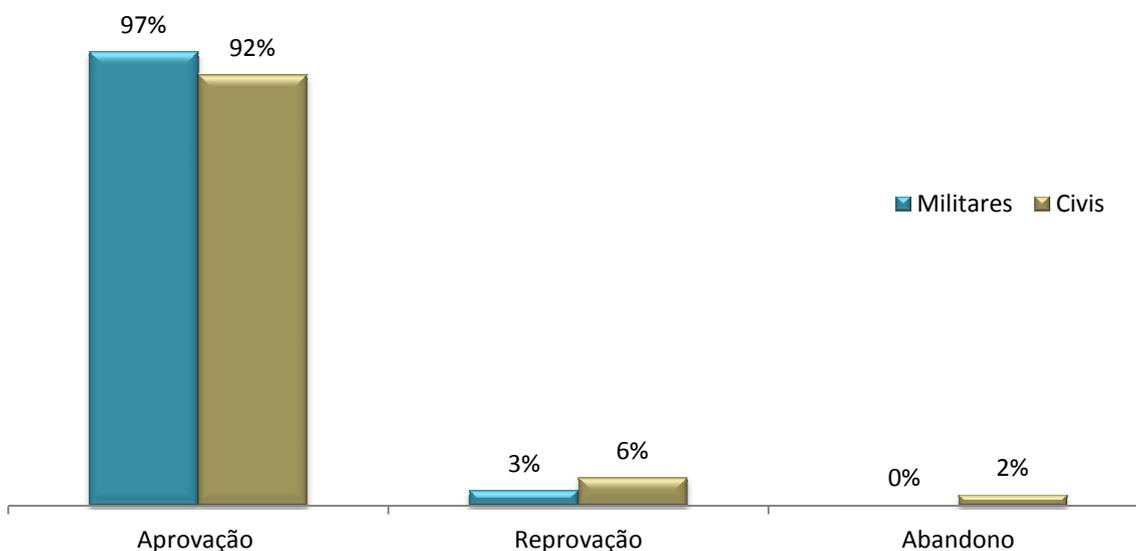
Fonte: Indicadores Educacionais/Inep, 2015.

Elaboração: Gerência de Estudos Socioeconômicos e Especiais/IMB/Segplan-GO.

Taxas de Rendimento Escolar

Nos últimos anos as taxas de aprovação das escolas públicas estaduais melhoram sensivelmente. Na Figura 9 nota-se que tanto as escolas militares quanto as civis ultrapassam os 90% de média na aprovação dos alunos nos anos finais do ensino fundamental. As militares, inclusive, por pouco não alcançam o patamar máximo de aprovação. Outro fato que merece menção é a ausência de abandono nessas escolas.

Figura 9. Percentual médio de aprovação, reprovação e abandono nos anos finais do ensino fundamental segundo o tipo de escola - Goiás - 2015

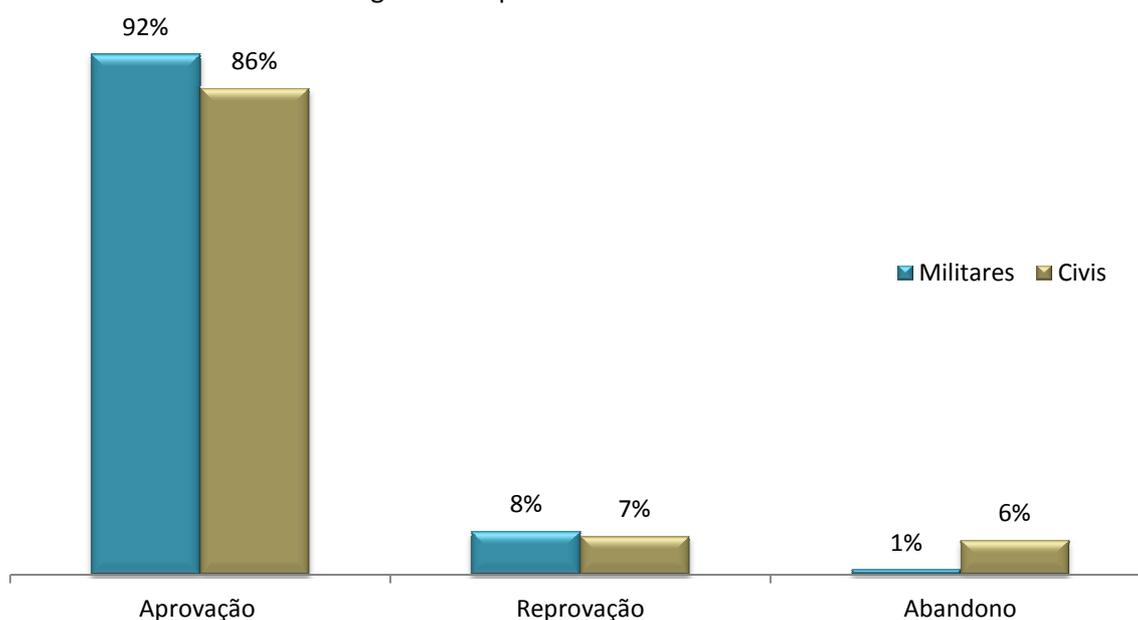


Fonte: Indicadores Educacionais/Inep, 2015.

Elaboração: Gerência de Estudos Socioeconômicos e Especiais/IMB/Segplan-GO.

Os dados para o ensino médio, apresentados na Figura 10, também são alentadores, apesar dos percentuais de reprovação mais altos nos dois tipos de administração escolar e o fato de somente as escolas militares manterem-se acima dos 90% de aprovação. Além disso, a taxa de abandono nesse nível de ensino é especialmente alta nas escolas civis, requerendo atenção.

Figura 10. Percentual médio de aprovação, reprovação e abandono no ensino médio segundo o tipo de escola - Goiás - 2015



Fonte: Indicadores Educacionais/Inep, 2015.

Elaboração: Gerência de Estudos Socioeconômicos e Especiais/IMB/Segplan-GO.

Considerações Finais

A intenção desse trabalho era caracterizar as escolas militares comparando-as com as escolas civis por meio dos dados disponíveis no Censo Escolar da Educação Básica. Buscava-se com isso entender o que faz as escolas militares estarem em melhor posição nas diversas avaliações de rendimento e exames de qualidade do ensino.

Ao se observar a melhor condição de infraestrutura, a formação e adequação dos docentes nas disciplinas ministradas e também a situação socioeconômica dos alunos criam-se a possibilidade de elaboração de inferências e hipóteses a serem testadas em outros estudos. Assim, esse trabalho pode ser um suporte para as investigações e explicações que devem ser feitas no futuro.

Ao notar, por exemplo, a disparidade na disponibilidade de laboratórios de ciências ou quadras de esportes cobertas entre as escolas militares e civis, não há como não colocar uma parcela de responsabilidade pelo desempenho diferenciado em tais questões. Do mesmo modo, a discrepância socioeconômica dos estudantes pode ser indicativo para o bom aproveitamento das aulas e, conseqüentemente, da aprendizagem. Não se pode, portanto, esquecer o conjunto de condições anteriores que o aluno traz para a vida escolar ou mesmo de sua condição presente, que interferem no seu desempenho e desenvolvimento como todo.

Nessa perspectiva, a riqueza de dados do Censo Escolar se mostra imprescindível para a análise e diagnósticos com a intencionalidade de melhorar a qualidade do ensino público. Por isso, ao focar a cada ano temas específicos, o IMB dá sua parcela de contribuição nesse caminho, subsidiando prospeções mais profundas e instigando novos trabalhos.

Fontes Consultadas

BRASIL. Ministério da Educação. **Conferência Nacional de Educação – Conae – Documento Final**, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. **Conferência Nacional de Educação – Conae – Documento Final**, 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – Inep. **Indicadores Educacionais**. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/indicadores-educacionais>.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – Inep. **Microdados do Censo Escolar**. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/basica-levantamentos-microdados>.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Nota Técnica nº 020/2014**. Introduz o indicador da adequação da formação inicial dos docentes das escolas de educação básica brasileira, segundo as orientações legais, 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Nota Técnica nº 039/2014**. Introduz o indicador que mensura o esforço empreendido pelos docentes da educação básica brasileira no exercício de sua profissão, 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Nota Técnica nº 040/2014**. Introduz o indicador para mensurar o nível de complexidade de gestão das escolas de educação básica brasileira, 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Nota Técnica do Indicador de Nível Socioeconômico (Inse) das Escolas**, 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Nota Técnica CGCQTI/DEED/INEP nº 11/2015**. Indicador com a finalidade de avaliar a regularidade do corpo docente nas escolas de educação básica a partir da observação da permanência dos professores nas escolas nos últimos cinco anos de 2009 a 2013, 2015.

GOIÁS. Secretaria de Estado da Segurança Pública e Justiça. **Edital nº 003/2014-CEPM**. Edita as normas do concurso para ingresso de novos alunos nas unidades dos colégios da polícia militar de Goiás – CPMG, 2015.

SEGPLAN

IMB - INSTITUTO MAURO BORGES
DE ESTATÍSTICAS E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS

Equipe Técnica

Supervisão

Marcos Fernando Arriel – Gerência de Estudos Socioeconômicos e Especiais

Autor

Rui Rocha Gomes – Gerência de Estudos Socioeconômicos e Especiais

Publicação Via Web

Bruno Miranda de Oliveira – Gabinete

Capa

Jaqueline Vasconcelos Braga – Gabinete

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

Dezembro de 2016